

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: O PROGRAMA FLORES DA BAHIA EM MARACÁS NAS DINÂMICAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Érico José de Souza Santana¹
Caê Garcia Carvalho²

RESUMO

O trabalho analisa a conformação do Arranjo Produtivo Local (APL) na cidade de Maracás-BA na esteira do programa Flores da Bahia, implementado no município em 2003. A meta do programa era organizar os trabalhadores que cultivassem e comercializassem flores e, com isso, concentrar também a venda de outros aglomerados, interagindo na troca de experiências e de abastecimento da produção para o mercado estadual. A atividade inicialmente organizada pelo poder público, na figura da Prefeitura de Maracás e do Governo do Estado da Bahia, logrou retumbante êxito, tornando-se Maracás um polo da floricultura baiana, tendo sua produção exportada para Salvador e outros mercados estaduais. Busca-se, neste contexto, analisar o processo de produção do espaço maracaense, destacando seus principais agentes, a saber, de um lado, o Estado, e, de outro, as associações de trabalhadores, vendo nascer, nesta conjunção, o APL-Maracás. A análise, importa ainda destacar, traz um olhar ao auge do programa, na década de 2000 e sua posterior derrocada a partir da segunda metade da década de 2010. Em termos metodológicos, esta pesquisa contou com visitas de campo às estruturas produtivas locais e entrevistas com representantes da Prefeitura e os produtores associados. Contudo, a dependência dos núcleos produtores à prefeitura de Maracás, as trocas de gestões e a descontinuidade do apoio da prefeitura municipal ao projeto de floricultura, perpassando também pela introdução de novas atividades econômicas introduzidas no município, como o caso da mineração de vanádio, sinalizam para a decadência do APL de flores de Maracás.

Palavras-chave: Maracás, Arranjo Produtivo Local, Produção do espaço, Poder público, Floricultura.

ABSTRACT

This paper analyzes the formation of the Local Productive Arrangement (APL) in the city of Maracás-BA in the wake of the Flores da Bahia program, implemented in the municipality in 2003. The aim of the programme was to organize workers who grow and sell flowers and, with this, also concentrate the sales of other clusters, interacting in the exchange of experiences and supplying production to the state market. The activity, initially organized by the public authorities, in the form of Maracás City Hall and the Bahia State Government, was a resounding success, with Maracás becoming a flower-growing hub in Bahia, exporting its produce to Salvador and other state markets. In this context, the aim is to analyze the process of production of the Maracás space, highlighting its main agents, namely the state on the one hand and the workers' associations on the other, and to see the birth of the APL-Maracás. The analysis, it should be noted, takes a look at the program's heyday in the 2000s and its subsequent collapse in the second half of the 2010s. In methodological terms, this research involved field visits to local production structures and interviews with representatives of the municipality and associated producers.

¹ Mestrando do curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, ejss14@hotmail.com;

² Professor Doutor da Universidade Federal de Roraima – UFRR, cae_garcia@hotmail.com.

However, the dependence of the producer groups on the Maracás town hall, the changes in management and the discontinuity of the town hall's support for the floriculture project, as well as the introduction of new economic activities in the municipality, such as vanadium mining, all point to the decline of the Maracás flower APL.

Keywords: Maracás, Local Productive Arrangement, Production of space, Public power, Floriculture.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discutir a conformação do Arranjo Produtivo Local (APL) na cidade de Maracás-BA na esteira do programa Flores da Bahia, implementado em 2003. Neste contexto, se almeja evidenciar as dinâmicas da produção do espaço à luz de um projeto de desenvolvimento local-regional. E se tal projeto possui como núcleo nodal o referido município, transpassa outras escalas, com impacto, mormente, no estado baiano, daí seu caráter local-regional.

Segundo Baiardi (2009), deve-se compreender a APL como uma intervenção que se materializa a partir das necessidades de cada lugar, levando em consideração a capacidade regional em absorver capitais e ofertar trabalho, concentrando, desse modo, a possibilidade de promoção do desenvolvimento territorial à escala local e regional.

Foi este o intento com a criação do referido programa. Maracás possuía, desde 1980, o cultivo de flores, embora a atividade se cumprisse de maneira irregular (como segunda atividade das famílias) e atendendo tão-somente a demanda local. Com o Flores da Bahia, a meta era organizar em cooperativa e associações os trabalhadores que cultivassem e comercializassem flores e, com isso, concentrar também a venda de outros aglomerados, interagindo na troca de experiências e de abastecimento de mercadorias para o mercado estadual. Pode-se dizer que os objetivos foram alcançados, ao menos enquanto os núcleos produtivos foram organizados e subsidiados pelo poder público, uma vez que a produção passou a atender 20% do mercado interno do estado, cifra que, anteriormente, não alcançava 3% da demanda (SCHERER, 2006).

O objetivo geral deste trabalho consiste em explicitar a constituição do Programa e discutir seus impactos sobre o município e à Bahia, principalmente na temporalidade 2014-2023. Os objetivos específicos correspondem a: a) analisar como se amalgamou a atuação do poder público – elementar à elaboração e implementação do Flores da Bahia – e pautar seu papel como indutor de políticas públicas como agente hegemônico na produção do espaço (CORRÊA, 1995; LEFEBVRE, 2000) de e através de Maracás; b) Analisar, no presente ano,

as razões e impactos do declínio do programa na cidade, relacionando, no campo progresso (2013/2014), quais núcleos produtores estavam ativos e observar a dinâmica espacial a partir da atividade da floricultura.

Urge uma análise do tema porque se tratou de um caso de sucesso, ao menos enquanto perdurou a iniciativa e o apoio do Estado, fazendo-nos notar a atuação governamental como indutor de desenvolvimento social e econômico.

Por outro lado, também é importante esta análise porque o Programa foi descontinuado e a intenção de autonomia da cooperativa e associações que diretamente trabalhavam com a produção de floricultura não se concretizou. O SEBRAE (2007) chegou a apontar que o programa articulou em torno de 300 famílias trabalhando diretamente com a atividade, número que drasticamente reduziu-se para 52 famílias em 2014 e dez famílias em 2023. Neste contexto, é importante também pautar as razões da descontinuidade da iniciativa, bem como as problemáticas socioespaciais decorrentes do esgarçamento do Flores da Bahia em Maracás. Deve-se analisar a produção do espaço no município no auge e na decadência da iniciativa governamental em parceria com os núcleos produtivos de trabalhadores locais.

Uma pesquisa qualitativa, com visitas de campo, entrevista e análise de dados compôs o alicerce da metodologia, temática propriamente desenvolvida na seção seguinte.

Posteriormente, então, se problematiza o referencial teórico, explicitando o debate acerca dos Arranjos Produtivos Locais à luz da produção do espaço.

Por fim, na seção reservada à apresentação dos resultados, se discute como se coadunou o APL em Maracás, analisando sua constituição, potencialidades e fragilidades, percorrendo 20 anos do Programa Flores da Bahia.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se estruturou de forma qualitativa, tentando compreender a totalidade do fenômeno estudado. Baseou-se na coleta de dados primários por meio de visitas de campo em 2013 e 2014, na qual entrevistou-se produtores (alguns deles, hoje, ex-produtores), dentre eles membros de sete associações (Associação Comunitária São Matheus, Projeto Piloto, AMAFLOR, Programa Social Habitacional – PSH, Produtores Independentes de Fundo de Quintal e Associação do vale do Jiquiriçá, Associação dos Trabalhadores Rurais da Ribeira Alta e Associação dos Trabalhadores Rurais Irmã Dulce), uma cooperativa (COOFLOR) e dois produtores individuais (Jeriosvaldo Cruz e José Salvador) e duas médias empresas (Botelho

Flores e Rege Flores,) e técnicos da prefeitura local. Por fim, contemporaneamente (2023), novas conversas com os produtores e ex-produtores locais foram empreendidas.

No campo progressivo, o intuito era analisar quais núcleos produtores estavam ativos e observar a dinâmica espacial a partir da atividade da floricultura, bem como verificar o papel da prefeitura como indutor de políticas públicas. No presente ano, as conversas circunscreveram as razões e impactos do declínio do programa na cidade.

Para cumprir com os objetivos propostos, a abordagem do problema será qualitativa, tentando compreender a totalidade do fenômeno estudado. Ela se ampara em uma maior interpretação e contexto do objeto pesquisado. Quanto ao objetivo desta pesquisa, ela se ampara em uma pesquisa exploratória, destacando e discutindo os problemas de pesquisa e envolvendo levantamentos bibliográficos e entrevistas com atores ligados ao problema alvo. O objetivo converge com os procedimentos técnicos, que se baseou, principalmente, em levantamentos bibliográficos, além de pesquisa de campo.

A pesquisa de dados secundários baseou-se a partir de levantamentos do SEBRAE (2007) e pela análise de arcabouços teóricos e informações da atividade de floricultura no cenário mundial, nacional, estadual e do município de Maracás. Portanto, a partir dos dados primários, secundários e do referencial teórico, o presente estudo foi desenvolvido e trabalhado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender as dinâmicas presentificadas em Maracás é necessário problematizar, no contexto atual da globalização, como o espaço é ele próprio produzido na esteira da reprodução social. É sob esta conjuntura que, ademais, apresentaremos considerações acerca do APL – e veremos, doravante, como a constituição do arranjo produtivo local foi um produto (da) e um processo que enseja (a) novas dinâmicas da produção do espaço.

Genericamente, podemos tomar (em lato senso) a produção como o processo (e o seu resultado) de transformação da natureza, através do trabalho humano, para fins de sua própria sustentabilidade (da vida humana) e organização social (MOREIRA, 2004). Mas já aí, mesmo nas sociedades tradicionais que experienciam o meio natural (SANTOS, 2006), um incipiente da produção do espaço, uma vez que não se trata mais de pura e simples natureza, mas natureza (embora em grau rudimentar) trabalhada, transformada³.

C. Walter Porto-Gonçalves (2018) ilustra como a floresta amazônica, por exemplo, é também fruto de um processo de ocupação humana de milênios que ajudou a cunhar sua configuração fitogeográfica particular.

É neste contexto, inclusive, que N. Smith (1988) entrelaça a produção da natureza e a produção do espaço.

Se o esboço desta incipiente produção do espaço já é passível de se assinalar nas sociedades que viviam (ou vivem) no meio natural, as dinâmicas que ensejam a produção do espaço na sociedade capitalista se apresentam sob outra rúbrica. Não iremos expor, amiúde, a diferença entre ambos os meios (o natural e o técnico-científico-informacional), mas centrarmos num nexos particular que nos permita elucidar a relação entre a produção do espaço, a globalização e o arranjo produtivo local.

Diferentemente do meio natural que tinha a raiz de sua produção nas dinâmicas locais – algo prevalente também, embora em menor ênfase, no meio técnico, consolidado com a industrialização –, o meio técnico-científico-informacional possui uma dimensão global, embora desigual, que se cristaliza na esteira da terceira revolução industrial a partir de 1970 (SANTOS, 2006). Importa destacar que é neste afã no qual repousa e se matiza a globalização.

A velocidade dos transportes, das telecomunicações e, neste bojo, a articulação entre países, regiões, territórios e empresas fundam uma nova economia (CASTELLS, 1996) e engatilham o tom da produção do espaço. O motor único via unicidade da técnica e a profunda integração financeira, comercial e da produção à nível global é a encarnação empírica do alcance (virtualmente) total do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006).

Em termos mais amplos, macrossociais, agentes específicos se destacam no processo de produção do espaço, o Estado e os grandes agentes econômicos; destaque este que perfaz a produção do espaço, sua estruturação, através de seus interesses particulares.

É notória como tal produção é, intrinsecamente, desigual (SMITH, 1988; HARVEY, 2001). A densidade técnica diferenciada de cada território na esteira da divisão do trabalho matiza a circulação e a drenagem da renda em determinados nós centrais das cadeias produtivas regionais, nacionais e globais (SANTOS, 2006). Estes nós atuam como vetores elementares da articulação produtiva e, mormente, impera a verticalidade de comando, impondo aos territórios hegemônicos sua utilização de acordo com fins extrínsecos (SANTOS, 2006) e nos quais o crescimento econômico local, mesmo quando se matiza, apresenta dificuldades em se radicar enquanto desenvolvimento sócio-espacial, ou seja, enquanto promoção da qualidade de vida e da justiça social (SOUZA, 2013a).

O cariz global da produção, entretanto, requer configurações técnico-políticas particulares nos diversos âmbitos escalares: nacional, regional, local. Em termos mais estritos do sustentáculo técnico-produtivo, se a região poder-se-ia configurar enquanto armadura (do local) que acolmata vetores econômicos, políticos e técnicos (SOUZA, 2013b), é sobretudo na

escala local que se nuança e se especifica – em suma, se concretiza – a produção enquanto atividade econômica diretiva e direta no espaço geográfico. Aqui (na transmutação da lógica escalar à categórico-conceitual), o lugar ao mesmo tempo encarna e dá vazão, resguardando suas particularidades, ao esteio da globalização.

Antes de prosseguirmos é necessária uma contextualização escalar. É notório como a escala regional possui importantes variações, que vão das supranacionais às regionalizações de um ente federativo (HAESBAERT, 2010), mas também a escala local apresenta distinções internas (SOUZA, 2013b) que podem ir do microlocal (da casa ao bairro), passando pelo mesolocal (tendo a cidade como figura elementar), até o macrolocal (amalgamando, sobretudo, as metrópoles). Neste último caso, as fronteiras entre a armadura regional e realização das atividades produtivas enquanto nível “local” se esborra. O próprio APL é visto, pois, como lócus para o desenvolvimento regional.

Como vínhamos argumentando, na assunção de que as relações capitalistas globais encarnam-se e se presentificam no âmbito local-regional, Passos (et. al, 2004) expressa como como a dimensão local é um fator determinante da capacidade inovativa e, assim, se instrumentaliza como mecanismo fundamental para o desenvolvimento regional: “ao propiciar a disseminação do conhecimento tácito (não codificado), estimular o aprendizado interativo e a capacidade de inovação de uma rede de agentes, tais arranjos [os APL’s] constituir-se-iam em uma alternativa viável e importante de desenvolvimento econômico” (PASSOS et. al, 2004, p. 124).

Em verdade, Perroux na década de 50 do século XX já apontava para os efeitos da aglomeração industrial como elemento candente ao desenvolvimento dadas as sinergias engendradas e Schumpeter, nos anos 30, antes do economista francês, já indicava também a inovação como elemento de báscula para o desenvolvimento (DALLABRIDA et. al, 2011). Em suma, as teorias de desenvolvimento regional do século XX já expunham como o crescimento econômico poderia ser (idealmente) propalado através da aglomeração-articulação espacial da cadeia produtiva (SILVA, 1976).

A formalização do termo APL surgiu nos anos 90 no Brasil a partir do amálgama de diversas teorias com ênfase nos fatores de aglomeração (DIAS, 2011) e interpretamos não se tratar de acaso. Para além do esfacelamento da bipolaridade com a queda da Ex-União Soviética, os preceitos neoliberais – aos quais destacamos dois: 1) a livre concorrência entre estados e empresas e o 2) menor peso da gestão estatal do território – *contraditoriamente* impulsionaram alternativas para o estabelecimento de alicerces ao desenvolvimento no âmbito local-regional. O APL é um destes alicerces.

A contradição apontada se decanta enquanto síntese, justamente, no âmbito local-regional. Com o endividamento, o Estado, em nível Federal, renuncia a sua prerrogativa de planejamento ou, ao menos, a capacidade de tocar políticas públicas territoriais à escala da nação já não é mais a mesma dos anos 70 (BRANDÃO, 2012).

Mas, justamente no primado da competição que enseja a Guerra dos Lugares (SANTOS, 2006), agentes do estado em outra ordem escalar pautam (ou podem pautar) as necessidades de políticas territoriais para o desenvolvimento local-regional. Foi, precisamente, o caso de Maracás com o Projeto Cidades das Flores com a iniciativa particular da prefeitura que, em sua jornada, contou também com a participação do Governo do estado da Bahia.

Devemos, neste momento, problematizar com maior acurácia o que constitui um APL. E, de saída, já há uma problemática, pois há o seu entendimento mais puro em âmbito teórico-conceitual e há o seu entendimento no sentido mais pragmático-político; e, ademais, há aproximações e diferenciações mais ou menos sutis, mais ou menos marcantes, entre o APL e outros tecidos organizacionais que tem por sustentação o fator da aglomeração, como os distritos industriais e o ambiente de inovação, por exemplo (DIAS, 2011).

Segundo Passos (et. al, 2004), pode-se entender, genericamente, o APL como uma concentração setorial e espacial de firmas num mesmo território na qual as empresas apresentam uma especialização produtiva e mantêm vínculos de interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais.

Neste contexto, pode-se referendar que os distritos industriais que encarnam as premissas de A. Marshall – caracterizados por um grande número de firmas, de médio e pequeno porte, que se articulam na elaboração de um produto particular – são um Arranjo Produtivo Local (AMARAL FILHO, 2011). Em perspectiva similar, Passos (et. al, 2004) aponta como nomenclaturas afins APL e cluster.

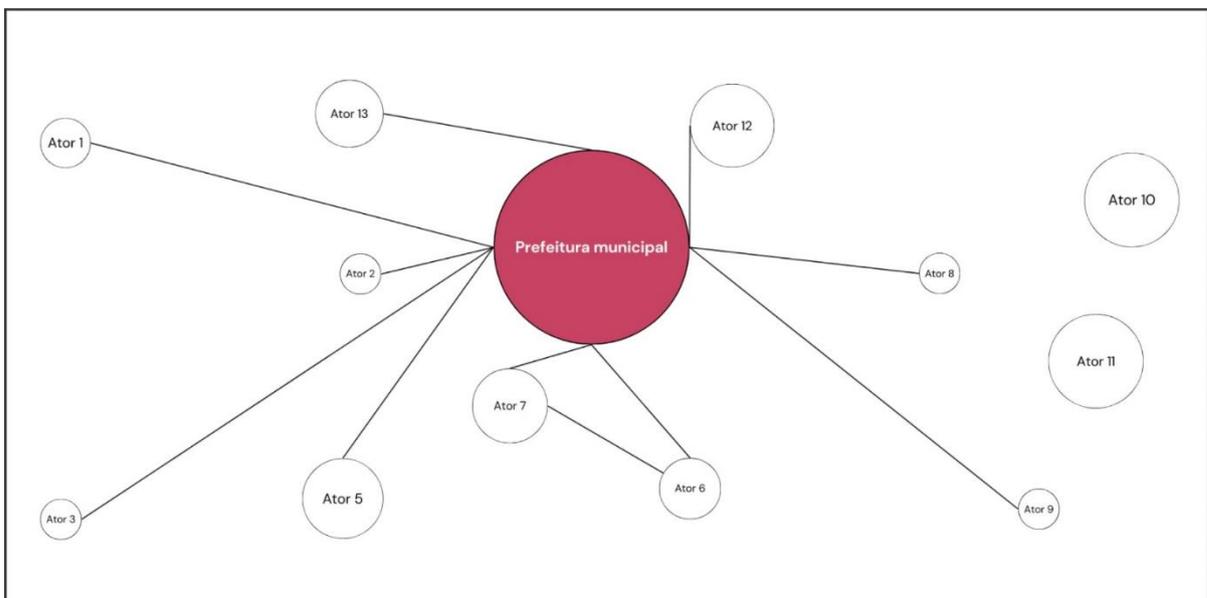
De acordo com a concepção do APL elaborada pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist), toma-se o Arranjo Produtivo como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos, mesmo que sejam incipientes” (ZAPATA; AMORIM; ARNS, 2007, p. 73).

Estas relações no aglomerado podem estar mais ou menos sólidas, mais ou menos intensas, mais ou menos sinérgicas a depender do caso.

Em vistas dessa problemática, Dias (2011) procura estabelecer uma distinção a qual julgamos pertinente. O autor prefere indicar a formação Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Spils) para referir-se à conformação dos fatores de aglomeração que desencadeiem

profunda articulação com potencial para o local tornar-se lócus de inovação produtivo-tecnológica e, assim, capitanear um desenvolvimento robusto e sustentável⁴ (e aqui estamos no cerne do ambiente de inovação); em oposição, o APL designaria, *stricto sensu*, “aqueles casos fragmentados e que não apresentam significativos vínculos entre os atores de interação, cooperação e aprendizagem, que são essenciais para a geração e mobilização de capacitações produtivas e inovativas” (DIAS, 2011, p. 105). As figuras a seguir explicitam as diferenças entre o APL conformado em Maracás e o Spils.

Figura 1: Arranjo Produtivo Local em Maracás

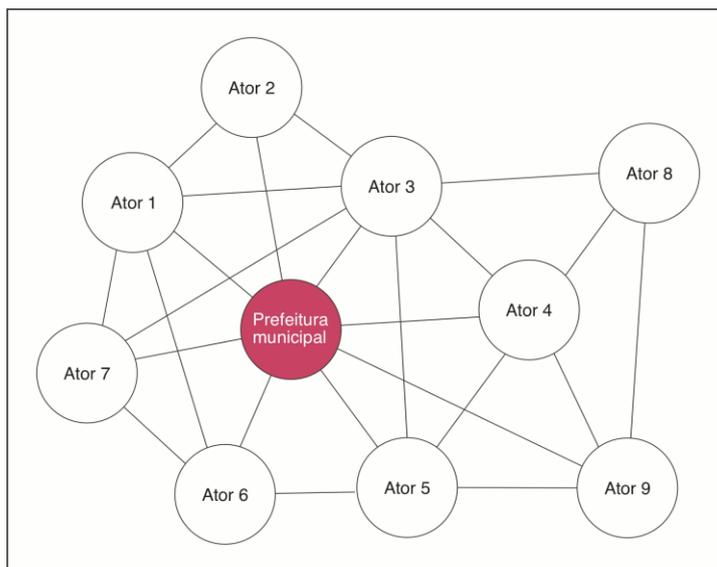


Fonte: Érico Santana e Caê Carvalho, 2023; adaptado de Dias, 2011.

⁴ Sustentável não no sentido ambiental do termo, mas que se retroalimenta endogenamente de maneira perene.



Figura 2: Constituição do Spils



Fonte: Érico Santana e Caê Carvalho, 2023; adaptado de Dias, 2011.

Embora a literatura não aponte uma uniformidade na designação conceitual, referindo-se ao APL, grosso modo, como qualquer processo de concentração territorial sinérgica entre agentes voltados para determinada produção, preferimos seguir a distinção esboçada por Dias. Acreditamos que, na perspectiva ora anunciada, possamos compreender as transformações pelas quais passou a cidade, com seu projeto – Cidade das Flores – iniciando-se, justamente, como um APL (em stricto sensu), transmutando-se, parcialmente, num Spils. Se tal transformação fosse completa e a cidade conseguisse constituir-se como um sistema produtivo e inovativo, talvez a derrocada da produção não ocorresse quando trocas na gestão municipal desprestigiaram o premiado programa.

No sentido mais estrito (APL) ou enquanto Spils, fatores importantes advêm na esteira da aglomeração econômica. Seguindo o delinear de Costa (2010), são três⁵ os elementos centrais à produtividade: 1) o intensificar da divisão do trabalho enseja o desenvolvimento de competências específicas entre as empresas, promovendo flexibilidade e eficiência; 2) a concentração de produtores especializados estimula o desdobramento da cadeia produtiva, tanto para frente (atração de empresas especializadas nos elos prospectivos e do surgimento de agentes comerciais que levam os produtos para mercados distantes), como para trás (fornecedores de matérias-primas, máquinas e equipamentos para suprir a nova demanda); 3) a

⁵ Em verdade o autor detalha quatro elementos. Dissemos três porque pautamos numa unidade a dinâmica os elementos à montante e à jusante, à la Hirschman (DALLABRIDA et. al, 2011), do processo produtivo que pode ser disparado com os fatores de aglomeração.

concentração de uma mesma atividade no espaço permite a formação de um contingente de mão de obra especializado, questão fulcral para ganho de escala na produção.

Passamos a explorar, no próximo item, a discussão teórica à luz das dinâmicas empíricas em Maracás e, na interface entre teoria e prática, veremos, doravante, como a realidade local nos permite encetar um refino teórico acerca da distinção entre APL e o Spils.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Maracás ganhou destaque na produção de flores no cenário baiano e nacional no final da década 1990 com a gestão do ex-prefeito Fernando de Oliveira Carvalho. A produção passou a atingir os grandes centros consumidores do Estado da Bahia.

Após a atuação do Projeto Flores da Bahia em Maracás, outros núcleos produtores baseados na ideia associativista surgiram – quase uma dezena. Notou-se uma importante presença e, em muitos casos, dependência desses núcleos produtivos perante o poder executivo local na atividade de floricultura. A ação municipal transpassava, como comentado, a estrutura produtiva, doação de terrenos e subsídios aos insumos. Na prática, o poder público era um ator com poderes de decisões, vetos e norteador das políticas de boa parte dos núcleos produtivos.

Neste escopo, o que se anuncia é a primazia do Estado como ente fundamental no processo de produção do espaço (CORRÊA, 1995): Maracás se transforma, a cidade se amplia para açambarcar a infraestrutura nodal do projeto, como as estufas galvanizadas. Além das transformações espaciais mais visíveis, o conteúdo social e econômico da cidade se alterou, como veremos à frente.

No contexto local não foram, exatamente, os agentes apontados por Corrêa que se destacaram, junto ao Estado, como atores elementares da produção do espaço, como os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários.

A terra destinada ao projeto é pública e sua construção foi financiada pelo Estado. Os grupos que ganharam destaque no referido processo de produção do espaço urbano maracaense foram as associações de produtores. Foram os trabalhadores que, junto ao Estado, engendraram as transformações socioeconômicas. Observa-se, portanto, a figura do Estado como promotor de políticas públicas e agente dinamizante do espaço e da economia. No ano de 2003, a partir do fomento deste ator, Maracás foi a primeira de dez cidades baianas a receber infraestrutura do Programa Flores da Bahia, com um investimento na ordem de R\$ 400 mil reais à época (este aporte hoje, corrigido pela inflação, representaria mais de 3,5 milhões de reais), o que incluiu estufas agrícolas galvanizadas em uma área aproximada de um hectare. O que nota-se neste



processo é que, justamente via atuação estatal (com o planejamento e financiamento da atividade), outras formas de organização econômica e produtiva puderam se estabelecer para além da produção tipicamente burguês-capitalista centralizada na figura do empresariado.

No sentido de compreender os atores que diretamente produzem/produziam as flores no município, a organização do trabalho e a forma de uso da terra, é elencado e contextualizado os principais agentes produtores neste tópico. Outros núcleos de menor produção e com atividades findadas a partir de um curto período de produção, como o Programa Social Habitacional – PSH, Produtores Independentes de Fundo de Quintal e Associação do vale do Jiquiriçá, não são descritos amiúdes. Destaca-se que duas associações tinham no uso coletivo da terra a sua atuação produtiva, enquanto os demais núcleos associativistas possuíam divisão em lotes, onde cada família, ou trabalhadores, eram responsáveis por suas respectivas produções; por fim, destacam-se também atores que individualmente realizam suas produções em um modelo empresarial. O Quadro 1 faz apresenta, formalmente, os agentes envolvidos:

Quadro 1: Uso da terra pelos núcleos produtores de flores em Maracás – 2010-2023

Núcleo produtivo	Uso coletivo	Divisão por lotes	Produção individual
Associação São Matheus	-	X	-
Projeto Piloto	X	-	-
COOFLOR-AMAFLOR	X	-	-
Associação de Trabalhadores Rurais da Ribeira Alta	-	X	-
Associação de Trabalhadores Rurais Irmã Dulce	-	X	-
Rege Flores	-	-	X
Botelho Flores	-	-	X
Produtor José Salvador	-	-	X

Fonte: Érico Santana e Caê Carvalho, 2023.

De antemão, à nível de exposição dos núcleos que ainda realizam produção de flores em 2023, destaca-se a Associação de Trabalhadores Rurais da Ribeira Alta e a Associação de Trabalhadores Rurais Irmã Dulce, ambas de forma pontual, como discutido adiante; e as empresas Rege Flores e Botelho Flores.

A Associação São Matheus foi a primeira forma de organização de trabalhadores com o intuito de produzir flores a extrapolar a escala municipal, sendo esta experiência largamente fomentada e subsidiada por instituições públicas. A decadência do cultivo do café na região a

partir da década de 1990, que empregava quantitativo relevante de mão de obra, principalmente urbana periférica, influenciou a criação do referido núcleo produtivo. “A associação foi criada com o intuito de gerar renda para moradores do bairro [Maracazinho] que, na época, viviam da colheita ou dos cultivos sazonais das lavouras da região, como a de tomate, pimentão e, principalmente, de café” (SANTANA, 2014, p. 25).

A prefeitura municipal, em parceria com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) do Governo Federal e a CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional), ligado à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia, lançou o “Programa Desenvolvendo a Floricultura”, subsidiando insumos e assistência técnica a partir do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Vinte e cinco famílias participaram do projeto em uma área de dois hectares, dividida por lotes de iguais tamanhos, tendo cada família autonomia em seu processo produtivo.

A prefeitura municipal deixou de subsidiar gradativamente os insumos desta associação, pioneira na organização dos trabalhadores para o cultivo de flores, em meados da década de 2000. Importante destacar que os subsídios municipais não foram esgotados uniformemente, ou seja, ao mesmo tempo para todos os núcleos produtivos. Com a elevação dos custos de produção, alguns associados deixaram o cultivo pela diminuição da renda, partindo para outros ramos da economia. Associação São Matheus, pioneira no cultivo de flores em Maracás, foi desativada entre o final de 2011 e início 2012.

O projeto Piloto, organizado pela prefeitura em 2000, foi criado em uma área de aproximadamente um hectare em um parque público do município (Parque dos Eucaliptos), com o objetivo de tornar-se uma unidade de produção de flores, atendendo associados selecionados e organizados pelo poder executivo. Posteriormente, a unidade foi readequada para funcionar sem fins lucrativos e como uma unidade experimental de novas técnicas produtivas e de difusão a outros produtores locais. Entretanto, a Unidade Piloto não se concretizou como um instrumento de difusão de tecnologias e assistência ao cultivo de flores, entrando em decadência a partir de 2017, e encerrando totalmente suas atividades no período pandêmico (2020), estando atualmente desativada. Importante ressaltar que se materializou no território, a partir dessa experiência, uma câmara refrigerada para acondicionamento de flores, cinco estufas com estrutura galvanizada e sistema de irrigação por gotejamento e aspersão.

Em 2003 acontece o marco da criação do programa Flores da Bahia, a fim de estruturar a produção de flores em uma escala estadual, reduzindo a dependência de suprimento externo e gerando renda para os municípios produtores, fomentado pelo governo do Estado da Bahia através da SEAGRI (Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação Reforma Agrária, Pesca e

Agropecuária). Nove municípios-pólos beneficiaram-se da iniciativa: de Barra do Choça, Bonito, Cruz das Almas, Ibicoara, Maracás, Miguel Calmon, Mucugê, Paulo Afonso e Vitória da Conquista. Conforme destaca Scherer (2006):

Os municípios contemplados firmaram convênios com as Secretarias, através das Prefeituras, que participaram financeiramente com 30% do valor total do projeto, além da disponibilização de área de terra própria com infraestrutura básica, como água, energia e acesso fácil, facilitando a criação de uma forte alternativa de trabalho, renda e divisas para as suas comunidades (SCHERER, 2006, 9. 11).

À época, Maracás foi a primeira cidade a sediar o programa, recebendo um investimento de R\$ 400.000,00 de estufas agrícolas em material galvanizado, também instalado, assim como o Projeto Piloto, em uma área de um hectare, em local público, especificamente no Parque dos Eucaliptos, começando a operar em setembro de 2003. A COOFLOR (Cooperativa dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais de Maracás), criada para absorver 60 jovens em sistema de cooperativa, foi fruto desse programa. Contudo, a ação não teve êxito, sendo desarticulada menos de um ano após sua gênese em prol de outro sistema de organização de trabalho, baseado em uma associação - AMAFLOR (Associação Maracaense dos Agentes Floricultores), que absorvia mão de obra familiar, também em um regime coletivo de uso da terra. A AMAFLOR ficou responsável por gerir todo o projeto de floricultura, bem como toda a infraestrutura implantada pelo Programa Flores da Bahia.

Com o insucesso da cooperativa foi criada em 06 de outubro de 2004 a AMAFLOR (Associação Maracaense dos agentes floricultores), que vinha a substituir a COOFLOR. A AMAFLOR ficou responsável por gerir todo o projeto de floricultura, bem como toda a infraestrutura implantada pelo Programa Flores da Bahia (SANTANA, 2014, p. 32).

A referida Associação chegou a absorver 25 famílias na produção de flores. Em 2014 eram nove famílias e, atualmente, o projeto encontra-se desativado, desarticulação produtiva esta ocorrida a partir de 2017, encerrando as atividades no período pandêmico (2020).

A Associação dos Trabalhadores Rurais da Ribeira Alta é outra experiência que teve apoio massivo da prefeitura no começo de 2000, subsidiando insumos e assistência técnica para a organização inicial da produção, precisamente em março de 2001. Tal associação trata-se de um assentamento rural ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), envolvendo 30 famílias em uma área de 400 hectares. Cada família possui um lote de cinco hectares, totalizando 150 ha. O restante corresponde a áreas de uso coletivo e de proteção ambiental. Das 30 famílias, 26 chegaram a cultivar flores como forma de complementação de

suas tendas em seus respectivos lotes. Atualmente, e de forma secundária, cinco famílias trabalham com a atividade regularmente. A decaída gradativa da atividade ocorreu a partir do ano 2017, período coincidente com a nova gestão municipal e a ascensão de outra atividade econômica no município: a extração mineral do vanádio, atribuindo nova dinâmica espacial.

A Associação dos Trabalhadores Rurais Irmã Dulce, assentamento rural ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), possui 46 famílias assentadas em uma área de vinte hectares, distante a cinco quilômetros do centro da cidade de Maracás. O tamanho dos lotes é igual para cada família, independentemente do número de membros. A atividade de flores iniciou com 23 assentados no ano de 2004, em pequena escala, consorciado com outros cultivos e recebendo subsídios sazonais da prefeitura municipal (insumos e assistência técnica).

Destaca-se a criação de uma associação dentro do assentamento voltada somente para o cultivo de flores – Associação Santa Luzia. Em 2014, o número de produtores correspondia a 12 assentados e cerca de 90% deles produziam flores consorciada com outra cultura, absorvendo uma área cultivada de três hectares de flores, sendo as rosas a principal delas. Apenas um assentado tinha seu sustento exclusivamente da produção de flores. Três assentados, atualmente, produzem flores de maneira regular, todos consorciados com outra(s) cultura(s).

Em contrapartida, a forma coletiva de organização da terra, ou em associações produtivas, agentes individuais, principalmente após o ano de 2010, começaram a realizar cultivos, beneficiamento, transporte e comercialização de flores de maneira independente e desvinculando-se do poder executivo local, a destacar Reginaldo Flores, e os produtores individuais Jeriosvaldo Cruz e Botelho Flores. O desvencilhamento ocorreu principalmente por desentendimentos nos valores cobrados para o transporte das flores, revertendo em lucro para os associados da ASSOFLOR, que detinham até então uma espécie de monopólio do transporte, fato que será explicitado adiante com maiores detalhes.

Reginaldo Flores iniciou a produção no setor no ano de 2008, substituindo lavouras convencionais pela produção regular de rosas. Apesar de ter iniciado sua produção no Assentamento Ribeira Alta, esta foi direcionada para outra localidade, onde concentra mais de cem mil pés de rosas, além de sete outros tipos de flores (rosa, áster, tango, crisântemo, murta, folhagens, vasos ornamentais e statice) em uma área de quatro hectares, totalmente irrigada por gotejamento e aspersão. É importante ressaltar que insumos como bulbos e sementes são oriundos de São Paulo. Isso demonstra que o Projeto Piloto não funcionou como um núcleo de desenvolvimento de novas técnicas e matéria prima de base, não despontando Maracás como inovadora de tecnologia, apenas como uma região produtora.

A organização do trabalho na empresa Reginaldo Flores ocorre a partir do assalariamento. Ocorreu também um regime em sistema de parceria entre o produtor e assentados da Ribeira Alta. O primeiro subsidiava insumos e estrutura de produção, como sementes, bulbos, iluminação, irrigação, adubos, venenos e assistência técnica; os assentados da Ribeira Alta, por seu turno, eram responsáveis pela mão de obra do cultivo.

A volumosa produção era dividida igualmente entre ambos e gerou uma constância no fornecimento de flores, principalmente em mercado onde não atuavam outros núcleos produtores, como Guanambi e Caetité, ambos no sudoeste do estado da Bahia, além de mercados maiores do sul e extremo sul do estado.

Em fevereiro de 2013, instalou-se em Maracás a Botelho Flores. A empresa, já existente no mercado, possui estrutura também no município de Vitória da Conquista, maior cidade do sudoeste baiano. A citada empresa concentra equipamentos, como câmara fria, usada para estocar e aumentar a durabilidade das flores (as rosas, por exemplo, após colheita e tratamento são conservadas por até 16 dias na câmara fria), veículos, e uma central administrativa e comercial. O custo da terra, importa realçar, foi um fator fundamental para concentrar a produção em Maracás.

Os trabalhadores são assalariados e a produção se concentra no cultivo de rosas por irrigação em sistema de aspersão. É interessante destacar que esta empresa possui um mercado fixo consolidado, a qual um terço da produção é absorvida por um atacadista na cidade de Salvador. Contudo, atua também em Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista. Atualmente, a Botelho Flores concentra a maior produção de flores do município.

Por fim, menciona-se o produtor José Salvador, que iniciou a instalação e produção de flores em Maracás no ano de 2002, curiosamente após conhecimento da atividade pela mídia e programas especializados. A organização do trabalho, ao contrário do que acontece em outros núcleos produtivos, era realizada por trabalhadores contratados em regime de diárias. Em 2014, ele chegou a concentrar 22 trabalhadores em seu sistema produtivo, sendo, na época, um dos principais produtores do município. Contudo, boa parte de sua produção era vendida para atravessadores, que compravam diretamente em sua propriedade. Outros mercados eram atendidos, como Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, Nazaré, além de Salvador, Ilhéus e Itabuna. José Salvador possuía equipamento de câmara fria, mas, ao contrário da Botelho Flores, a durabilidade de sua produção girava em torno de cinco dias devido à não utilização de conservante pós-colheita. Atualmente, a produção está em fase de desarticulação, sendo substituída por plantas ornamentais.

Convém destacar um importante ponto de inflexão e de conflitos entre diversos núcleos produtivos de flores no município de Maracás: o transporte da produção de flores para os mercados consumidores. O principal mercado consumidor do estado, a cidade de Salvador, dista a 365 km de Maracás, o que requer veículo apropriado para o transporte de flores. Pelo fato da perecibilidade da carga, caminhões cobertos por lona, veículos de passeio, ou o transporte realizado durante a noite são inadequados, ocasionando perdas e redução da vida útil do produto.

Para sanar este nóculo produtivo, em 2003, a prefeitura, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, adquiriu um caminhão baú isotérmico refrigerado, realizando o transporte semanalmente para os mercados consumidores. Vale ressaltar que o veículo foi adquirido para a Secretaria de Produção do Município de Maracás.

Nesse cenário, a prefeitura passou não somente a subsidiar a manutenção e combustível do veículo, mas também o processo de transporte e vendas, resultando em um elevado grau de influência do poder executivo em todo o APL.

A central de vendas, a qual a prefeitura municipal possuía controle, priorizava o transporte e comercialização da produção da COOFLOR e, posteriormente, ASSOFLOR. Para outros produtores, independentemente de serem associações ou individuais, era cobrado uma taxa de 20% a partir do que era vendido.

Em outro momento posterior, a ASSOFLOR, a partir do governo do estado e por intermédio da prefeitura, adquiriu outro caminhão isotérmico refrigerado. Desta vez, a associação arcou com a administração do veículo, gerenciando as vendas e o transporte, mas ainda sob influência do poder executivo, enquanto o veículo anterior, vinculado à Secretaria de Produção foi desativado. Contudo, na prática, perdurou o mesmo modal administrativo anterior, como a arrecadação de 20% sobre a produção vendidas de outros cultivadores.

Tal modelo administrativo resultou em alguns conflitos: a) um dos associados da AMAFLOR acompanhava a viagem e era o responsável pelas vendas nos centros consumidores. Comumente era sinalizado que a prioridade comercial correspondia à produção da AMAFLOR em desprestígio das demais; b) a produção não vendida retornava e era perdida; c) regularmente, a produção não era destinada com a venda fechada, sendo negociada a partir da chegada no destino e, por esse motivo, acontecia a desvalorização dos preços; d) o desconhecimento, por parte dos produtores, de quem eram os compradores de suas mercadorias; e) desvalorização dos preços para evitar o retorno da produção; f) o valor cobrado não era sobre as despesas de deslocamento do veículo, motorista e associado, mas sobre a venda da mercadoria de cada produtor; g) alegou-se a cobrança de 20% sobre a venda custeava as

despesas de deslocamento e gerava lucro, gerando renda para a associação responsável pelo veículo; h) a associação detentora do veículo tinha o monopólio do transporte, não os fazendo apenas produtores, mas comerciantes de flores; i) indiretamente, o uso da terra perdia sua função social de trabalho, estabelecendo então renda para a associação a partir do transporte e comercialização das flores.

A partir do modal da central de vendas implantada pela prefeitura e replicado pela AMAFLOR, há um rompimento gradual de outros produtores e novas formas de transportes e de vendas foram sendo desenvolvidas. Os produtores que puderam, individualmente, adquirir veículo apropriado para transportar as flores, assim o fizeram. Outros, especialmente pequenos produtores e associações menores, passaram a negociar com atravessadores, que compravam diretamente no local de produção, a preços mais baixos, mas desobrigando a realização do transporte pelos primeiros.

Assim, ao invés do fortalecimento do APL, imperou uma concorrência entre os próprios produtores e uma desarticulação espacial, afetando toda a cadeia produtiva local. Uma estruturação no sentido de organizar a distribuição e as vendas das flores de todo o APL não se materializou na prática. Inclusive, na diversidade da produção, tendo em vista que variedades de algumas flores eram adquiridas de outros estados por falta de produção local, fator que poderia ser identificado pela APL e reestruturada a nível de cultivo local, redimensionando e fortalecendo o arranjo.

Neste sentido, não se efetivou a transformação do APL em um Spils, com uma profunda integração entres os agentes pela qual coadunar-se-ia, ainda, a conformação de um polo inovativo na produção de flores. Ao contrário, o próprio APL se esfacelou e, contemporaneamente, não se pode mais dizer, como o fizeram Passos et. al (2004) e Baiardi (2009) no passado, que Maracás apresenta, em seu território, um Arranjo Produtivo Local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por incentivar e apoiar associações produtoras de flores e inserir trabalhadores de grande vulnerabilidade social nesse processo, a Prefeitura de Maracás, dentre outros louros, foi agraciada com o Prêmio Melhores Práticas da Caixa Econômica Federal e, em 2004, a experiência foi um dos 100 projetos finalistas do Prêmio Internacional de Dubai, que aponta as

530 melhores práticas do mundo para melhorar as condições de vida, promovido pelo Programa de Assentamentos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas).

Pode-se afirmar que existiu uma política social de inserção de trabalhadores em uma atividade economicamente rentável, no caso o cultivo de flores. Isso se reforça através das pesquisadas teóricas e àquelas realizadas em campo, onde se observou que no apogeu do APL de Maracás concentrava 300 famílias ligadas diretamente ao cultivo de flores.

Nesta pesquisa, foram contabilizadas cerca de 52 famílias organizadas em quatro associações no ano de 2014. Dessas quatro associações, apenas duas trabalhavam exclusivamente com a atividade de floricultura. Pelo menos quatro outras associações foram desativadas ou os cultivos se converteram em outras lavouras no período de 2003 a 2014. As 52 famílias mencionadas representaram uma redução de 73% do número total de associados ou cooperados que continha o auge da APL. Temporalmente, em 2023 houve redução ainda maior na participação de famílias que trabalhavam nos modais mencionados, alcançando dez ao total.

A escala de influência que alcançara o escoamento da produção, para os principais mercados consumidores do estado, como Vitória da Conquista e Salvador, com periodicidade semanal, dinamizando e alterando a dinâmica de produção do espaço, alçando o município a partir dos atores envolvidos como o principal produtor de flores do estado da Bahia na primeira metade da década de 2000.

Nota-se que a atuação do poder público, ao organizar a produção de flores em um APL, foi de fundamental e de significativa importância na produção do espaço, inclusive de forma hegemônica, tendo em consideração a concentração de poderes que este ator amalgamou, desde a organização inicial, no processo de subsídios da produção, bem como no transporte e venda da produção, por meio da central de vendas. E aqui vemos, ao contrário do corolário liberal, o Estado como elemento fundamental no processo de desenvolvimento.

Uma de nossas conclusões aponta que a autonomia da cooperativa/associações e a desvinculação da prefeitura, que inicialmente organizou-as, fornecendo (em alguns casos com a parceria do governo estadual) apoio técnico (assistência técnica), financeiro (subsídios diversos) e estrutural (estufas de produção, veículos refrigerados etc.), não aconteceu na prática. A autonomia fragilizada submeteu a dependência deste modal produtivo às oscilações das gestões municipais, a qual os interesses públicos e a dinâmica espacial local migraram recursos e foco para outras atividades econômicas e interesses socioespaciais, entrando em declínio o modelo de produção coletiva a partir da segunda metade da década de 2010.

A descontinuidade observada na produção de flores foi também afetada por uma nova dinâmica espacial que impactou o município: a exploração mineral de vanádio por uma



mineração canadense. Iniciada a operação de exploração em 2014, esta atividade impactou e alavancou a economia maracaense, experimentando “no intervalo entre 2014 e 2016 uma expansão de 60%, passando a registrar um PIB de aproximadamente R\$ 309 milhões. O PIB da indústria, que engloba a mineração, triplicou, passando de R\$ 27 milhões para pouco mais de R\$ 91,5 milhões” (CORREIO, 2019).

O marketing territorial que o poder público usara, “Maracás cidade das flores”, foi alterado para “Maracás cidade das flores e do Vanádio”, demonstrando o quanto a nova exploração econômica reorganizou a dinâmica socioespacial local, deslocando apoio a uma lógica cooperativista para outra que perpassa a escala global a partir da produção de vanádio.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Filho. Sistemas e Arranjos Produtivos Locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 36, p.171-212, 2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/226>. Acesso em: 09 set. 2023.

BAIARDI, Amilcar. **APL de Flores: um Caso de Elevada Propensão à Cooperação Maracás- Ba**. Anais do 47º Congresso da SOBER. 1ed. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, v. 1, p. 654-673.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e global. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CORREIA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

DALLABRIDA, Valdir; DESCHAMPS, Marley; SCHIMALSK, Marcos; KNOREK, Marcos. Aportes teórico-metodológicos sobre a dimensão espacial do desenvolvimento: uma contribuição. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 188-207, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.24302/drd.v1i1.71>>. Acesso em: 10 set. 2023.

DIAS, Cleidson. Arranjos Produtivos Locais (APLs) como Estratégia de Desenvolvimento. **Desenvolvimento em Questão**, Brasília, v. 9, n. 17, p.93-122, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2011.17.93-122>> Acesso em: 10 set. 2023.

ESTADO DA BAHIA. Agronegócio na Bahia – Plantar, colher e alimentar bons resultados. [s.d]. **Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura**. p.1-12. Disponível em < http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/Agronegocio_WEB_0.pdf >. Acesso em 06 ago. 2023.

GOMES, Donaldson. Maracás: da Cidade das Flores à terra do vanádio. **Correio**, Salvador, 20 set. 2019. Disponível em <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/maracas-da-cidade-das-flores-a-terra-do-vanadio/>>. Acesso em 29 mar. 2023.



- HAESEBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.
- MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia (a geograficidade e o diálogo das Ontologias). **Geographia**, Niterói, v. 6, n. II, p.21-37, 2004.
- PASSOS, Uchoa; DIAS, Camila; CRUZ, Rossine; COSTA NETO, Armando; SANTOS, Fernanda. Capacidade inovativa e demandas tecnológicas de Arranjos Produtivos Locais: um estudo de caso do APL de Flores em Maracás, Bahia. **Revista Desenhahia**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 123-149, 2004.
- PORTO-GONÇALVEZ, Carlos. **Amazônia: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso**. La Paz: Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica, 2018.
- SANTANA, Érico José de Souza. **Produção de flores no município de Maracás (BA): perspectivas e limitações**. TCC (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade federal da Bahia. Salvador, p. 77. 2014.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SCHERER, Andréa Mendes Sampaio. **As flores da Bahia**. Revista Bahia Agrícola, v.7, n.3, nov. 2006, p. 9-13. Disponível em <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/comunicacao01_v7n3.pdf>. Acesso em 06 ago. 2023.
- SEBRAE. **Pequenos Negócios e o Desenvolvimento Municipal**. Brasília: Sebrae; Plano Mídia, 2007. 256 p.
- SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. Teorias de Localização e desenvolvimento regional. **Geografia**. n. 1, Rio Claro, São Paulo, 1976.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013a.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013b.
- ZAPATA, Tânia; AMORIM, Mônica; ARNS, Paulo C. **Desenvolvimento territorial a distância**. Florianópolis: SEaD; UFSC, 2007.